

A moral e a tortura

Debate entre Hélio Schwartzman, Contardo Calligaris, Marcelo Coelho

Genealogia da Moral

Debate sobre a tortura mostra quão pouco sabemos de nós mesmos

HÉLIO SCHWARTSMAN

Folha de S.Paulo, 03/03/2013

Debate entre colunistas desta Folha reacendeu a discussão sobre as questões éticas da utilização da tortura. Sob o ponto de vista de duas matrizes de sistemas éticos -- deontológica e consequencialista--, as ponderações de cada um dos autores denota quão paradoxal é a construção de nossas convicções morais.

É difícil a vida do ser humano. Levamos centenas de milhares de anos para aprimorar a ética e, quando procuramos sistematizá-la, quebramos a cara, já que as tentativas de fazê-lo invariavelmente levam a paradoxos. Faço essa consideração a propósito da controvérsia sobre a justificação moral da tortura em que se meteram alguns de meus colegas colunistas da Folha e me junto a eles na balbúrdia.

Foi Contardo Calligaris quem deu início à celeuma, lançando, em sua coluna na "Ilustrada" de 21 de fevereiro, de forma meio provocativa, uma variante do dilema conhecido como "problema da bomba-relógio": "Uma criança foi sequestrada e está encarcerada em um lugar onde ela tem ar para respirar por um tempo limitado. Você prendeu o sequestrador, o qual não diz onde está a criança sequestrada. Infelizmente, não existe (ainda) soro da verdade que funcione. A tortura poderia levá-lo a falar. Você faz o quê?".

Vladimir Safatle e Marcelo Coelho aceitaram a provocação e responderam a Calligaris com artigos bastante interessantes. Na terça passada, o professor da USP criticou, em seu texto semanal na página 2, o que chamou de "paradoxos morais de laboratório" aos quais acusou de não informar nada e esconder interesses nem sempre confessáveis.

No dia seguinte, Coelho, na "Ilustrada", foi mais ou menos na mesma linha, afirmando que esse gênero de experimento mental combina muito mais com a ficção do que com a realidade, na qual não devemos admitir nenhum tipo de tortura.

Paradoxalmente, eu concordo com todos eles e também discordo, em proporções parecidas. Receio que, para entender melhor o que está em jogo, tenhamos de traduzir a polêmica para o chamado filosofês.

SISTEMAS ÉTICOS

Fazendo uma simplificação exagerada da história da filosofia, existem duas matrizes de sistemas éticos. A primeira, que se pode chamar de deontológica, têm como expoentes Platão (429-347 a.C.) e Immanuel Kant (1724-1804).

Para os dois autores, são os princípios que importam. Valem incondicionalmente regras como "não matarás" ou "não mentirás", porque estão amparadas pela ideia de justiça, por Deus, pelo imperativo categórico ou por alguma outra entidade meio metafísica.

No outro extremo dos sistemas éticos está o consequencialismo, defendido por intelectuais como Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873).

Em resumo, eles dizem que não existem princípios externos abstratos como a ideia de justiça que possam validar ou invalidar nossos atos. A única forma de julgá-los é por meio das consequências que acarretam. É preciso dizer que são boas as ações que engendram bons resultados. No caso de Bentham (conhecido como o pai do utilitarismo), o que interessa é o princípio de utilidade, que pode ser traduzido na fórmula "o maior bem para o maior número de pessoas".

O argumento da bomba-relógio pode nos deixar em dúvida porque apela a nossas intuições consequencialistas. Se torturar um indivíduo nos faz salvar cem pessoas, ficamos com um saldo líquido de 99 vidas, mesmo que o suposto terrorista morra no processo.

O problema tanto com as éticas deontológicas como com as consequencialistas é que, se tomadas muito ao pé da letra, levam a situações que desafiam nosso senso de justiça. O dever de ser honesto para com todos, por exemplo, me obrigaria a revelar a um assassino o lugar onde sua presa se esconde.

O próprio Kant foi vítima desse paradoxo de laboratório. E caiu na esparrela. Após ter sido provocado por Benjamin Constant (1767-1830), o filósofo de Königsberg publicou "Sobre um Pretenso Direito de Mentir por Amor aos Homens", um dos mais estranhos textos da história da filosofia, no qual confirmou que não temos o direito de mentir para ninguém, nem para assassinos e outros celerados que nos ameacem a vida.

A situação dos consequencialistas não é muito mais confortável. Se só o que importa é produzir o maior bem possível para a maioria das pessoas, então o médico poderia matar o paciente saudável que entra em seu consultório para, com seus órgãos, salvar a vida de cinco pessoas que necessitavam de transplante. De forma análoga, o Estado estaria autorizado a torturar não apenas terroristas mas também seus familiares para demovê-lo de seus projetos funestos.

MECANISMOS

É claro que filósofos são sujeitos espertos e, tendo percebido esses problemas, se puseram a elaborar mecanismos para contorná-los. Foi assim que surgiram propostas inventivas, como o consequencialismo de regras, o consequencialismo em dois níveis e as metaéticas contemporâneas, sem mencionar as éticas da virtude e as que pendem para o contratualismo.

O filósofo contemporâneo Derek Parfit, em seu monumental "On What Matters", chega mesmo a propor uma interpretação que torna Immanuel Kant um consequencialista. Mas, se filósofos são bons em imaginar soluções, são ainda melhores em levantar objeções. Até o momento, não existe (e provavelmente jamais existirá) uma teoria que satisfaça a todas as partes.

Centremo-nos nas críticas ao consequencialismo, pois foi o que levantou o problema da tortura. Um dos principais pontos fracos dessas éticas é o problema da falta de informação.

Outro filósofo da atualidade, Daniel Dennett, exemplifica bem a questão com o que chamou de "efeito Three Mile Island". Em 1979, nessa localidade no Estado da Pensilvânia, ocorreu o pior desastre nuclear da história dos EUA, quando uma sucessão de eventos levou ao derretimento parcial do núcleo de um dos reatores. Houve vazamento de radiação, mas não se registraram mortes. A pergunta é: o incidente teve resultado positivo ou negativo?

À primeira análise, ninguém qualificaria um desastre nuclear como bom. Mas, considerando que não houve vítimas e que o ocorrido contribuiu para reformular os protocolos de segurança e tornar as usinas muito menos perigosas, essa ideia já não parece tão absurda. Um espírito de porco, porém, poderia afirmar que o incidente, ao nos empurrar para matrizes energéticas mais poluentes do que a nuclear, provavelmente foi responsável por alguns casos extras de câncer, o que reduziu o bem-estar da humanidade. O mundo é um lugar complexo demais para imaginarmos que seremos capazes de considerar todas as variáveis relevantes.

Outra dificuldade é que não é tão simples encontrar uma moeda corrente que permita intermediar as contas necessárias para fazer o consequencialismo funcionar.

Como observou a filósofa Patricia Churchland, "ninguém tem a menor ideia de como comparar a leve dor de cabeça de 5 milhões de pessoas com as pernas quebradas de duas pessoas, ou as necessidades de dois filhos contra as de cem crianças com paralisia cerebral das quais não somos parentes na Sérvia".

Nesse sentido, não dá para deixar de concordar com Vladimir Safatle e Marcelo Coelho quando afirmam que o paradoxo moral fora de contexto não pode servir de modelo para situações reais. Quantas vezes na história da humanidade o cenário da bomba-relógio de fato se materializou? Eu arriscaria dizer que nenhuma. E, mesmo que tivesse acontecido, que garantia teríamos de que todas as informações relevantes foram computadas? Será que entre as crianças que morreriam no atentado não estaria o próximo Hitler?

MORAL

Sam Harris resume bem as coisas quando diz, em "The Moral Landscape", que o consequencialismo é muito mais uma afirmação sobre o status da moral do que um método para responder a problemas éticos específicos.

Daí não decorre que os paradoxos de laboratório sejam uma completa inutilidade. Eles oferecem uma janela perfeita para que perscrutemos nossas intuições morais, que

podem ser bastante informativas, tanto do ponto de vista da filosofia como dos da psicologia evolutiva e da própria biologia.

O psicólogo Jonathan Haidt explora bem esse tipo de questão. Analisemos um dos paradoxos que ele propõe.

Julie e Mark são irmãos. Eles estão em férias da universidade, fazendo uma viagem pela França. Uma noite, sozinhos num bangalô à beira da praia, decidem que seria legal e divertido se fizessem amor. Julie já estava tomando pílulas anticoncepcionais, e Mark resolveu que usaria também uma camisinha, só para garantir. Os dois fazem sexo e gostam da experiência. Combinam de mantê-la em segredo e jamais repeti-la. O que você acha disso? O que eles fizeram é correto?

A esmagadora maioria das pessoas pensa que não. Muitos sentem até um mal-estar visceral ao ler a descrição. Ninguém, entretanto, é capaz de apontar o que há de objetivamente errado na experiência dos irmãos, já que ela não produziu nenhuma espécie de dano para ninguém.

Desse pequeno paradoxo e da forma como as pessoas reagem a ele já podemos extrair "insights" valiosos sobre a origem da moral --que carrega muito de emocional, como, aliás, já apontara David Hume (1711-1776)-- e sobre o lugar do incesto em nossa psique (ao que parece, ele provoca mais repulsa do que desejo).

Jonathan Haidt, porém, vai mais longe e, valendo-se de várias famílias de investigações com base em paradoxos, propõe uma genealogia completa da moral, que seria composta por seis sentimentos básicos: proteção, justiça, liberdade, lealdade, autoridade e santidade (pureza). Eles constituiriam uma espécie de tabela periódica do instinto moral. O mapa ético de cada indivíduo seria uma combinação de diferentes proporções desses ingredientes.

Evidentemente, a teoria de Haidt está longe de ser um consenso. Ela recebeu muitas e variadas críticas, algumas bastante pertinentes. O objetivo, contudo, era apenas tentar demonstrar que os paradoxos podem ser produtivos --mesmo que não sejam capazes de nos oferecer um manual de conduta.

Aliás, o interessante nessa história toda é que, quanto mais nos embrenhamos nessas reflexões, mais precário parece o edifício lógico no qual sustentamos as convicções morais que expressamos com tanta veemência.

Para que serve a tortura?

Contardo Calligaris

Folha de S.Paulo, 21/02/2013

A tortura tem, no mínimo, três fins não excludentes: 1) tortura-se pelo prazer enjoativo de quem tortura ou de quem assiste à tortura; 2) tortura-se para que um acusado confesse seu crime; 3) tortura-se para que um acusado revele a existência de um complô, os nomes de seus cúmplices etc. Será que a tortura consegue tudo isso?

1) Para satisfazer o desejo doentio do torturador, a tortura funciona, sempre.

2) A Igreja Católica, por séculos, torturou pecadores para que admitissem seus pecados e, sobretudo, torturou heréticos para que confessassem suas teologias desviantes.

Essa tortura era tão violenta quanto a que fora praticada contra cristãos na época das perseguições, mas o desfecho era diferente. Os mártires cristãos eram torturados para eles renunciarem à religião, e, às vezes, se abjurassem, o suplício era suspenso. Os heréticos eram torturados pela Inquisição para confessarem sua heresia, mas, em geral, a "confissão" não evitava uma morte excruciante.

Será, então, que a tortura funciona para arrancar confissões?

Se você for pai, faça a experiência. Seu filho (ou filha) fez uma besteira comprovada, sem sombra de dúvida, mas você não se contenta em aplicar uma punição e quer que a criança confesse. Se ela reconhecer sua culpa, aliás, a confissão valerá como uma atenuante, enquanto que, se ela insistir em negar o que fez, a mentira será infinitamente mais repreensível do que a besteira inicial.

Sugestão diferente: se você soube que seu filho ou sua filha fez algo que não devia, diga no que foi que errou, deixe pouco espaço de discussão e dê a punição adequada. Depois disso, amigos como antes.

Quase sempre, quando uma confissão é exigida, as crianças mentem com obstinação diretamente proporcional à de seu acusador. Elas fogem assim de uma humilhação radical, em que renunciariam à sua própria subjetividade: desistiriam de ter segredos e aceitariam que a versão do acusador substituísse a versão que elas gostariam de contar como sendo a história delas.

Claro, se você insistir, ameaçando a criança com punições cada vez mais requintadas, a criança talvez "confesse", mas a confissão será apenas um ato de desistência, em que mesmo o inocente se dirá culpado do jeito que o acusador pede. Em suma, a tortura para obter confissões é um desastre.

Há uma certa beleza moral nesse fracasso: a tortura seria inútil, não ajudaria a chegar à verdade. Ou seja, existe uma justificativa prática, "racional", para aboli-la, além do horror que ela inspira em qualquer um (salvo, obviamente, em torturadores, inquisidores ou deuses vingativos).

3) Infelizmente, esse argumento "racional" só se aplica à tortura que tenta extirpar a confissão do acusado. Quanto ao uso da tortura para obter informações sobre cúmplices, paradeiros escondidos, complôs etc., vamos ter que encontrar razões puramente morais para bani-la, pois, constatação desagradável, ela funciona.

O saco plástico do capitão Nascimento funciona. Os "interrogatórios" brutais do agente Jack Bauer, na série "24 Horas", funcionam. E, de fato, como lembra "A Hora Mais Escura", de Kathryn Bigelow, que acaba de estreitar, o afogamento forçado e repetido de suspeitos detidos em Guantánamo forneceu as informações que permitiram localizar e executar Osama bin Laden.

Nos EUA, na estreia do filme, alguns se indignaram, acusando-o de fazer apologia da tortura. Na verdade, o filme interroga e incomoda porque nos obriga a uma reflexão moral difícil e incerta: a tortura, nos interrogatórios, não é infrutuosa --se quisermos condená-la, teremos que produzir razões diferentes de sua inutilidade.

Para se declarar contra o uso da tortura no caso deste filme, alguém talvez invoque a moral kantiana e o dever de tratar os homens como fins e não como meios. A esse alguém, proponho um exemplo politicamente mais neutro, parecido com aqueles dilemas morais cuja prática (como descobriu um grande psicólogo, Lawrence Kohlberg) talvez seja a melhor forma de educação moral.

Uma criança foi sequestrada e está encarcerada em um lugar onde ela tem ar para respirar por um tempo limitado. Você prendeu o sequestrador, o qual não diz onde está a criança sequestrada. Infelizmente, não existe (ainda) soro da verdade que funcione. A tortura poderia levá-lo a falar. Você faz o que?

No mundo de Jack Bauer

Marcelo Coelho

Folha de S.Paulo, 27/02/13

Contardo Calligaris apresentou aqui, na quinta-feira passada, alguns argumentos interessantes a favor da tortura. Acho que sua intenção foi mais colocar o assunto em debate e menos defender sua adoção no Brasil.

Mesmo porque ela já existe, com resultados discutíveis do ponto de vista da segurança pública.

“O saco plástico do capitão Nascimento funciona”, escreve Contardo. Os interrogatórios de Jack Bauer, na série “24 Horas”, também funcionam, repete o psicanalista.

Pode ser. Não me considero um “bonzinho”, desses que querem um mundo perfeito, utópico, ideal. Querer eu quero, mas sei que a realidade não corresponde a todos os sonhos que temos.

O problema, eu acho, é quando se quer ser “realista” demais. Um mundo sem tortura? Com Bin Laden e terroristas variados à solta? Loucura, dizem os pragmáticos.

O estranho é que uma perspectiva realista e pragmática, como a explorada pelo meu colega da “Ilustrada”, muitas vezes me parece puramente imaginária e ficcional.

O capitão Nascimento e o agente Jack Bauer são, antes de tudo, personagens de filmes. Por razões não apenas ideológicas, mas também de dramaturgia, suas torturas e sacos plásticos funcionam muito bem.

Contardo Calligaris já manifestou discordância quanto à tese de que a TV influencia as pessoas. Mas se eu começar a assistir a muitos filmes em que o herói é um torturador eficiente e simpático, também vou acreditar que a tortura funciona.

Se os americanos fizessem mais filmes em que a tortura não funciona (mas aí penso num mundo ideal, não o da Fox Filmes), provavelmente pensaríamos de outra maneira.

Só para ser um pouquinho realista, penso no seguinte. Um policial realmente acostumado a torturar suspeitos não passa pela experiência incólume. É de imaginar que a prática da tortura o torne insensível a uma série de outros limites morais, do tipo “não roubarás”, “não matarás”, “não sequestrarás crianças”.

Torturarás, ademais, pessoas sobre as quais pesam suspeitas não tão fortes assim. Não sei se os cidadãos terminariam mais seguros com 300 Jack Bauers agindo por perto.

É que a tortura tem outra função, além das apontadas por Contardo Calligaris em seu artigo. Ele fala em dar prazer ao torturador, em obter confissões, em conseguir informações. Uma quarta função me parece importantíssima.

Trata-se de estabelecer um regime de terror de Estado. Não é apenas o terrorista quem está exposto à tortura. O vago simpatizante da causa, o opositor pacífico, o irmão, o parente, o filho, o vizinho, estão sob ameaça também. Numa ditadura, prender e censurar nunca é suficiente: a tortura é a verdadeira punição.

Para finalizar, Contardo levanta o célebre argumento da “bomba-relógio”. Copio a sua versão.

“Uma criança foi sequestrada e está encarcerada em um lugar onde ela tem ar para respirar por um tempo limitado. Você prendeu o sequestrador, o qual não diz onde está a criança sequestrada. [...] A tortura poderia levá-lo a falar. Você faz o quê?”

Não sei. Este é mais um caso em que a ficção fala mais alto do que a realidade.

Sou contra a tortura, como sou contra o matricídio e o canibalismo. Agora, suposições extremas não faltam. Suponha que sua mãe enlouqueceu, entrou numa creche com uma escopeta e está matando bebês aos punhados. Você é policial e ela está na mira do seu revólver. Você faz o quê?

Suponha que você está viajando com seus colegas de escritório, o avião cai nos Andes e você só sobrevive se matar um deles e comê-lo. Ele fará provavelmente o mesmo com você, se você deixar. Você faz o quê?

Ora essa. Eu mudo o canal da televisão.

De resto, o argumento da “bomba-relógio” tem outros problemas. O tempo também corre a favor do torturado. Ele tem apenas uma hora de tormentos para se manter em silêncio; pode mentir, ademais.

Outra pergunta. Que tal pagar o resgate? Também funciona, em geral.

Não é impossível pegar o sequestrador depois. Já o torturador vai continuar a estrela do filme.

Ali Soufan, agente do FBI especializado em interrogar membros da Al Qaeda, escreveu um artigo no “New York Times” contestando toda a versão de Hollywood quanto à descoberta de Bin Laden.

Diz que autoridades do governo Bush mentiram abertamente sobre o sucesso de técnicas de tortura, apenas para justificar sua adoção. Será que Ali Soufan está mentindo? Quem sabe seja o caso de torturá-lo também.